

Arquivo e museu da resistência timorense: memória coletiva e a construção da identidade nacional em Timor-Leste

The East Timorese Resistance Archive & Museum: collective memory and the construction on national identity in Timor-Leste

Valdir Lamim-Guedes*

Carlos Junior Gontijo-Rosa**

Resumo: O Timor-Leste é um pequeno país do sudeste asiático, com uma longa história de dominação e de resistência. Foi colônia portuguesa até 1975, sendo logo depois invadido pela Indonésia. A busca pela independência e autodeterminação gerou um longo e intenso período de resistência, que incluiu luta armada, pressão diplomática, participação popular e o reforço de características para diferenciação cultural em relação à indonésia, como a religião católica e o uso do português. Um extenso material documental acerca do período foi reunido e exposto no Arquivo e Museu da Resistência Timorense (AMRT). O objetivo deste texto é tratar do papel desta instituição como salvaguarda da memória coletiva e construção da identidade nacional timorense e relatar uma visita realizada com alunos da Universidade Nacional de Timor-Leste ao AMRT. Realizamos a análise documental sobre o AMRT, além disto, fizemos uma visita ao AMRT com alunos dos cursos de licenciatura em física e química da Universidade Nacional de Timor-Leste a fim de observar a reação dos alunos sobre o acervo exposto e obter relatos destes sobre a visita. Encontramos que o AMRT presta um importante serviço ao reunir e proteger registros documentais, como fotos, filmagens e objetos pessoais sobre as pessoas envolvida na resistência. Além disto, o AMRT expõem este material, sendo uma espaço para a memória coletiva, processos educativos e construção de uma narrativa oficial da história da resistência timorense. Os nossos alunos demonstraram grande conhecimento dos fatos históricos apresentados na exposição de longa duração do AMRT, reforçando a importância desta instituição para o processo de identificação nacional do Timor-Leste.

Palavras-chave: Patrimônio. Memória coletiva. Arquivo e Museu da Resistência Timorense. Lusofonia. Educação.

Abstract: Timor-Leste is a small country in Southeast Asia, and has a long history of domination and resistance. It was a Portuguese colony until 1975, shortly after invaded by Indonesia. The quest for independence and self-determination led to a long and intense period of resistance, which included armed struggle, diplomatic pressure, popular participation and strengthening of reinforced cultural characteristics that differentiate them from Indonesia, as the Catholic religion and the Portuguese language. An extensive documentary material about the period was collected and placed in the East Timorese Resistance Archive & Museum (AMRT, in Portuguese). The objective of this text is talk about the role of this institution to safeguard their collective memory and construction of Timorese national identity and conducting a visit with students at the National University of Timor-Leste (UNTL). We did documental analysis and a visit to the AMRT with Chemistry and Physics graduate students from UNTL in order to observe them reacting over the collection and take their reports about it. We realize that the AMRT takes an important community service to gather and protect documental and iconographical registers and personal objects of the people involved on Resistance. Besides that, the AMRT do expositions of that material, as a collective memory space, educative processes and construction of Timorese Resistance's official narratives. Our students show great knowledge about historic facts presented at the AMRT's long-term exposition. That reinforces the institution's importance on the national identification process of East Timor.

Keywords: Heritage. Collective memory. East Timorese Resistance Archive & Museum. Lusophony. Education.

1. Introdução

Neste artigo, será apresentado o *Arquivo & Museu da Resistência Timorense* (AMRT), instituição ligada ao governo do Timor-Leste e voltada para a proteção e exposição do patrimônio relacionado à luta

* Biólogo e Mestre em Ecologia pela Universidade Federal de Ouro Preto; Professor no Centro Universitário Senac, São Paulo-SP. E-mail: dirguedes@yahoo.com.br

** Ator e Mestre em Teoria e História Literária pela UNICAMP. Doutorando em Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Bolsista FAPESP. E-mail: carlosgontijo@gmail.com

pela independência durante os 24 anos de invasão da Indonésia. Para um melhor entendimento da importância desta instituição, iremos abordar o conceito de memória coletiva, para a seguir apresentar um pouco da história timorense recente (após 1975), para assim realizar uma discussão relacionando à questão da memória coletiva e o AMRT. No texto, ainda serão feitos comentários sobre a relação entre a língua portuguesa e o AMRT e um relato de visita à instituição com alunos da Universidade Nacional de Timor-Leste. Desta forma, o texto tem um caráter de Estudo de Caso, incluindo um relato de experiência sobre o uso pedagógico do espaço museal.



Figura 1. Logomarca do Arquivo & Museu da Resistência Timorense nas duas línguas oficiais do Timor-Leste (Português e Tétum). Fonte: AMRT (2013).

2. Memória coletiva

Apresentar o AMRT neste texto requer uma contextualização que passa por questões relacionadas à identidade, memória e patrimônio cultural. Em relação ao conceito de *identidade*, Joël Candau (2012, p. 9), comenta que existe “um relativo consenso entre os pesquisadores em admitir que essa seja uma construção social, de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialógica com o *outro*”. Enquanto, a “memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo” (CANDAU, 2012, p. 9). A partir desta perspectiva, geralmente, admitia-se que memória e identidade estão indissolúvelmente ligadas.

Candau comenta que:

Identidade, memória e patrimônio são as 3 palavras-chave da consciência contemporânea – poderíamos, aliás, reduzir a duas se admitimos que o patrimônio é uma dimensão da memória –, é a memória, podemos afirmar, que vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir uma identidade (2012, p. 16).

Candau (2012, p. 18) ainda afirma que “se a memória vem antes, a demanda identitária pode vir reativá-la” – com isto, cita a construção da identidade judaica, que nasce da memória dos fatos que marcam a história deste povo, por exemplo, o holocausto. Isto é, a identidade de um judeu é marcada por

uma memória anterior (portanto, uma reconstrução – uma interpretação dos fatos – continuamente atualizada do passado).

A relação entre a memória e construção de nações é colocada por Santos (2000) sobre duas questões: a) sobre o processo histórico das construções simbólicas; b) memória coletiva.

Sobre construções simbólicas, Santos (2000, p. 272) comenta que “não devem ser consideradas invenções ou imposições de sentido de um grupo sobre outros, mas sim como resultado de processos históricos particulares”. Neste sentido, o “nacionalismo moderno expressa uma identidade que é sustentada por determinadas comunidades e grupos sociais, por meio de sentimentos, motivações e ações comuns que são compartilhadas” (SANTOS, 2000, p. 272).

Anderson (1983) apresenta a memória coletiva como sendo o processo responsável pela constituição dos elos imaginários da solidariedade humana, havendo um extenso *corpus* teórico que reconhece que

determinada identidade nacional corresponde a marginalização e discriminação de outras construções sobre esta mesma nação, [...] estariam envolvidos neste processo não só diferentes interesses, mas também diferentes formas de poder que seriam capazes de determinar as construções reconhecidas pela maioria (SANTOS, 2000, p. 273).

Aliada aos conceitos de identidade e memória está o de patrimônio, que pode ser entendido como uma dimensão da memória (CANDAU, 2012, p. 16). O patrimônio histórico

tradicionalmente se refere à herança composta por um complexo de bens históricos (...) [porém] especialistas vêm continuamente substituindo o conceito de patrimônio histórico pela expressão patrimônio cultural. Essa noção, por sua vez, é mais ampla, abarcando não só a herança histórica mas também a ecológica de uma região. (SILVA e SILVA, 2009, p. 324).

Segundo a Declaração de Caracas, “entende-se por patrimônio cultural de uma nação, de uma região ou de uma comunidade aquelas expressões materiais e espirituais que as caracterizam” (ICOM, 1992), existindo, portanto, a distinção entre o patrimônio material e o imaterial. Como comentado por Silva e Silva (2009, p. 325) “é interessante observarmos que o conceito de patrimônio cultural não se restringe à produção material humana, mas abrange também a produção emocional e intelectual”.

Podemos destacar alguns itens do patrimônio cultural timorense, a saber, algumas construções como as casas sagradas - chamadas em tétum de *uma lulik* –, sendo que “a importância da casa no Sudeste Asiático emerge do facto de ela revelar uma construção física e, simultaneamente, uma categoria cultural que comunica a presença de grupos sociais que perduram no tempo” (SOUZA, 2007, p.198). Outros elementos representativos do patrimônio cultural timorense são os *tais*¹. Como patrimônio

¹ Segundo Ximenes (2012, p. 2), o tais “é um tecido tradicional da cultura timorense, grosseiro, feito de algodão em teares domésticos bastante toscos, por nativas de quase todas as regiões de Timor, tanto na ponta leste como na oeste, mas também em outros países do mundo. Antigamente usava-se o tais exclusivamente como indumentária rudimentar. Existem porém, nos dias atuais, usos mais abrangentes dos antigos e tradicionais que constituem mensagens culturais e representativas do país ao modernismo dos seus objetos”. Veja algumas fotografias de tais através do sítio <https://naraiz.wordpress.com/2012/04/13/mercado-de-tais-dili-timor-leste/>

imaterial, podemos destacar as diversas línguas nativas, como o *tétum*, que é língua oficial timorense, ao lado do português, os costumes alimentares e o *tara bandu*². Este último tem sido usado nas dinâmicas de estruturação do poder local, sendo que o “reconhecimento e a incorporação de dimensões dos complexos locais de governança têm se dado de modo a transformá-las em vias para geração de efeitos de pacificação, integração e monopolização do poder” (SILVA, 2014, p. 123).

Considerando os conceitos discutidos acima, podemos questionar: qual é a relação de um Museu, como o AMRT, com a memória coletiva? Santos afirma que:

memórias coletivas sobre uma nação são portanto constituídas por meio de um leque de formas e práticas culturais, das quais as práticas presentes nos museus são parte. No entanto, cabe observar que as instituições que denominamos "museus" são instituições diversas que contêm sentidos plurais. O significado maior de cada uma destas instituições dependerá de um conjunto de fatores que envolve a região, a política, a economia, os grupos envolvidos e a história da formação de cada uma delas (2000, p. 273).

Assim, podemos perceber o papel dos museus na construção de imaginários ou de interpretações de fatos – o que, em parte, é a memória coletiva. Desta forma, os grandes museus europeus de arte, ciência ou história são associados à construção de imaginários coletivos representativos dos Estados Nacionais, com “discursos historicistas, científicos e universalizantes que associam os objetos que têm sob sua guarda a um imaginário nacional, que é partilhado e reconhecido pelos diversos membros da nação” (SANTOS, 2000, p. 272). Os grandes museus europeus, portanto, juntamente com monumentos, cerimoniais e atividades do gênero, têm sido compreendidos enquanto instituições oficiais que permitem a construção de um sentimento de solidariedade entre os membros de uma nação (SANTOS, 2000, p. 272). Podemos dizer, ainda, que os museus contribuem de forma mais específica para a consolidação de uma unidade construída entre passado e presente no imaginário coletivo da nação.

No caso brasileiro, o Museu Paulista da Universidade de São Paulo – mais conhecido como Museu do Ipiranga – é uma instituição museal com acervo, inicialmente, eclético, que foi convertido, sobretudo nos anos 1920 (próximo ao centenário da independência), em um museu de história que “pode ser interpretado como ‘lugar de memória’ e como espaço para a formulação e encaminhamento de problemas históricos” (OLIVEIRA, 2002, p. 65). De forma parecida, o AMRT trata-se de uma ação do governo timorense, com apoio internacional (sobretudo português), que visa reunir, guardar e expor parte do patrimônio cultural relacionado ao período da dominação indonésia, assim que a sua temática principal é a resistência a este domínio. O AMRT, portanto, tem um papel importante para construção de uma memória coletiva em torno do processo de autodeterminação timorense.

3. Metodologia

Este trabalho foi suscitado a partir de uma atividade didática com os alunos do Departamento de Química da Faculdade de Educação, Artes e Humanidades da Universidade Nacional do Timor-Leste

² O *tara bandu* (‘dependurar proibição’) pode ser descrito como um dispositivo local de governança que opera pela imposição ritual de regras e proibições (SILVA, 2014).

(FEAH/UNTL), mais especificamente no âmbito das atividades do Grupo de Estudos nomeado Encontros de Intercâmbio Cultural em Língua Portuguesa. As atividades destes Encontros foram determinadas pela necessidade de difusão da língua portuguesa na Universidade, de acordo com pedido do Reitor Prof. Dr. Aurelio Guterres e designação da Cooperação que fazíamos parte.

Nossa principal atribuição era ministrar classes em língua portuguesa para os ingressantes nas Licenciaturas do ano de 2012. Entretanto, o Centro Acadêmico dos Estudantes de Química nos pediu que ampliássemos para os demais alunos do Departamento. Assim que surgiu a ideia de criar novas turmas com acesso livre aos alunos e professores do Departamento.

O AMRT se situa a apenas alguns passos da FEAH, exatamente entre esta e a Reitoria da Universidade, o que nos facilitou acesso. Também, na semana de inauguração da ampliação do Museu (realizada em 20 de Maio de 2012), as entradas foram gratuitas, o que nos ajudou em outra questão importante para os alunos timorenses: a falta de recursos financeiros, inclusive para alimentação durante sua permanência no campus.

Assim, dentro de um contexto mais amistoso, fomos à visita ao AMRT. Os textos que alguns alunos compuseram fazem parte de uma atividade didática dos Encontros, não obrigatória, mas de grande ajuda para que praticassem o português, bem como para que nós compreendêssemos seu contexto frente ao AMRT.

4. Timor-Leste: a construção de uma nação

O Timor-Leste é um pequeno país do sudeste asiático, com divisas marítimas com a Austrália, e terrestres e marítimas com a Indonésia. Após quase cinco séculos de dominação portuguesa (1534-1975), autodeclarou-se independente, não tendo sua independência reconhecida por Portugal no momento. Apenas alguns dias depois, o país foi invadido pela Indonésia, que instalou um violento regime ditatorial por 24 anos (1975-1999).

O Timor-Leste um país pequeno, com pouco mais de 1 milhão de habitantes, em que coexistem cerca de 20 a 30 línguas catalogadas (variável conforme a fonte), além de línguas não nativas, como português, inglês e indonésio. Além destas, também o espanhol tem importância na área de saúde e ensino de medicina pela presença de médicos cubanos, e outros idiomas, como japonês e mandarim, introduzidos no território por estrangeiros a serviços da ONU ou outras instituições internacionais, inclusive vários grupos missionários ou imigrantes. As línguas oficiais são o Tétum, língua local nativa da região da capital, Díli, e o português, língua de inserção internacional, oriunda dos primeiros colonizadores europeus na região.

4.1 A resistência e a autodeterminação

No decorrer da década de 1980 e início da década de 1990, a situação parecia caminhar para um desfecho em que a comunidade internacional acabaria por aceitar, como fato consumado, a integração do território à Indonésia (CUNHA, 2001). No entanto, a guerrilha armada e a pressão da ONU

foram forças contrárias ao processo de anexação. Em 1992, as autoridades indonésias anunciaram o fim da resistência armada devido à prisão de seu líder, Xanana Gusmão, esta passou a ser mais simbólica do que propriamente operacional (CUNHA, 2001). Nos anos 1990, a questão timorense passou a contar com outras formas de atuação, como diplomacia e pressão política de timorenses exilados e o apoio de Portugal.

Em 12 de novembro de 1991, as tropas indonésias abriram fogo contra uma procissão fúnebre no Cemitério de Santa Cruz, em Díli, quando esta se transformou numa manifestação pró-independência. Mais de 271 timorenses foram chacinados neste dia (RIZZI, 2010) e entre 50 e 200 pessoas foram mortas nos dias seguintes (JARDINE, 1997). O “Massacre de Santa Cruz” foi a primeira ação violenta da dominação indonésia que foi amplamente divulgada no mundo, através de registros visuais do jornalista inglês Max Stahl, que conseguiu burlar a segurança indonésia. O conhecimento da real situação em Timor-Leste trouxe à baila a defesa dos direitos humanos quanto à questão timorense e causou o endurecimento da posição da diplomacia portuguesa em defesa do Timor-Leste.

Em 1996, o Prêmio Nobel da Paz foi entregue ao Bispo católico Carlos Filipe Ximenes Belo e a José Ramos-Horta, “pelo seu trabalho em direção a uma justa e pacífica solução para o conflito em Timor Leste” (NOBEL PRIZE, 1996). A importância do prêmio pode ser observada em um editorial do jornal norte-americano *San Francisco Chronicle* (quarta-feira, 16 de outubro de 1996), que saudou o recebimento do Nobel nos seguintes termos:

Premiando estes dois heroicos advogados da independência do Timor Leste, o Nobel chamou a atenção para a valorosa batalha pelos direitos humanos numa pequena ilha, quase esquecida (...). Porém, esta publicidade — mais do que nunca — oferece oportunidade à ONU e à comunidade de fazerem intensa pressão sobre Suharto, para novas conversações a respeito da paz e da autodeterminação. Isto é o mínimo que o mundo pode fazer (BONVICINO, 1998, p. 8).

A autodeterminação do povo timorense deve-se à “negação de tudo o que representasse a integração ao invasor [...], da mesma forma que o crescimento de símbolos que externassem e canalizassem a insatisfação popular, como o catolicismo e a língua portuguesa, incipientes durante o tempo de colônia lusitana” (SAKAMOTO, 2006). Além disto, as dificuldades econômicas do sudeste asiático nos anos de 1997 e 1998 levaram à renúncia do General Suharto e à perda do apoio dos Estados Unidos à Indonésia, ocorrendo um relaxamento na questão por parte de Jacarta. Assim, pôde ser negociado um acordo entre Indonésia e Portugal, potência legalmente ainda responsável pelo Timor-Leste, sob a tutela da ONU.

Em 5 de maio de 1999, Portugal e Indonésia acertaram a realização de uma consulta popular em Timor-Leste. O referendo popular sobre independência ou integração à Indonésia foi organizado pela ONU e realizado em 30 de agosto de 1999. O resultado do referendo (mais de 97% de participação popular; 78,5% pela independência) foi seguido por uma onda de violência (Setembro Negro). A jornalista brasileira Rosely Forganés (2002, p. 27) descreve a capital timorense durante a onda de violência subsequente ao referendo: “Díli cheira a queimado, morte e destruição. A visão é alucinante. Quarteirões

inteiros de casas brancas incendiadas, devoradas por enormes labaredas negras, saqueadas, destruídas".

O resultado político do referendo foi o ponto final à dominação indonésia sobre esta ex-colônia portuguesa, com o reconhecimento do direito do povo timorense à autodeterminação e à independência. O país foi administrado pela ONU e, no dia 20 de maio de 2002, subiu ao poder um governo democraticamente eleito, marcando a restauração de independência em Timor-Leste. Ainda hoje é possível observar prédios destruídos na capital, Díli, ou em outras cidades timorenses. Além disto, é fácil ouvir comentários de como foram os dias seguintes ao referendo, o já mencionado setembro negro, sobre a fuga ou os parentes mortos. Há também outras formas de perceber a violência vivida, por exemplo, observando o número de túmulos em cemitérios com data de setembro de 1999 (LAMIM-GUEDES, 2012).

O referendo de 1999 foi o início de um período de transição para a tão sonhada independência. Desde então, o país tem convivido com a presença da ONU e cooperações de países como Portugal, Austrália, Cuba, Japão e Brasil em diversas áreas, como infraestrutura, saúde, desenvolvimento agrário e educação. A cooperação internacional tem sido essencial em Timor-Leste, pela falta de recursos financeiros e humanos para exercer muitas funções, desde administrativas do Governo, até de formação e implementação de formas de subsistência do país.

Em 10 anos de autogestão, os relatórios sobre Desenvolvimento Humano publicados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) indicam que o Índice de Desenvolvimento Humano do país (IDH) saiu de 0,404 em 2000, para 0,495 em 2011, que significa uma melhora. Em 2011, o país ocupou a 147ª posição no ranking do IDH, em um total de 188 países, sendo considerado, apesar da melhora, um país com baixo desenvolvimento humano. Ainda segundo o PNUD, 37,4% da população vivem abaixo da linha internacional de pobreza, de USD 1,25 por dia (PNUD, 2011).

A autodeterminação do povo timorense tem-se configurado com a proteção e estímulo à cultura tradicional, inclusive com o incentivo ao uso da língua portuguesa. Este incentivo parece um neocolonialismo à primeira vista, no entanto, a língua portuguesa não é apenas a língua da metrópole colonizadora, mas também da resistência e autodeterminação. A resistência lutou para mostrar ao mundo que, apesar das semelhanças com a Indonésia, este é um país com história, cultura e línguas próprias e, por direito, poderia se tornar uma nação (LAMIM-GUEDES; GONTIJO-ROSA, 2012a).

O cenário pós-1999 permitiu que surgissem iniciativas que registrem fatos, recolham e protejam documentos dos anos da resistência. Uma delas foi a Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor-Leste (CAVR), criada em 2001 pela Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET), através do regulamento 2001/10, sendo o estabelecimento da Comissão reconhecido na Constituição da RDTL (artigo 162º). A CAVR funcionou de 2002 até à sua dissolução em Dezembro de 2005, com a publicação do Relatório *Chega* (CAVR, 2005).

5. Resistência Timorense: Arquivo & Museu

A criação do Arquivo & Museu da Resistência Timorense (AMRT) em Díli representa a concretização de um projeto de maior relevância para a memória da heroica luta do povo de Timor-Leste pela sua independência. O local para a construção deste Arquivo e Museu foi o edifício do antigo tribunal português, parcialmente destruído e incendiado durante o setembro negro de 1999, localizado no centro da capital, próximo ao Palácio do Governo e Parlamento e envolto por prédios da Universidade Nacional de Timor-Leste (INSTITUTO CAMÕES, 2002). A abertura do AMRT ao público, após 3 anos de trabalho intenso, ocorreu em 7 de dezembro de 2005, quando se completaram 30 anos da invasão pelas forças militares indonésias. O espaço do AMRT, segundo o historiador português José Mattoso, é imbuído do caráter *lulik*, que significa “sagrado” em língua tétum (LUSA, 2005). A Figura 2 apresenta uma imagem da construção do antigo fórum português em Díli, antes da reconstrução para transformá-lo no Arquivo & Museu da Resistência Timorense.



Figura 2. Antigo fórum português em Díli, antes da reconstrução para transformá-lo no Arquivo & Museu da Resistência Timorense. Fonte: AMRT (2013).

A missão do AMRT é fazer a “preservação da memória e do patrimônio histórico nacional e para a divulgação dos valores da Luta de Resistência do Povo de Timor-Leste, especialmente junto das camadas mais jovens” (AMRT, 2011). Em 2005, o museu foi estruturado com uma exposição permanente (Figura 3), em que se pretendeu retratar, ainda que sumariamente, aspectos essenciais da Resistência através da reprodução de fotografias, vídeos e documentos. Foram ainda selecionadas peças significativas da luta do povo timorense, em especial armamento, rádios, fardas, bandeiras, dentre outros (AMRT, 2013).

Até 2013, são listadas no site da instituição, as seguintes exposições temporárias: “Resistir é Vencer!”, inaugurada em 15 de setembro de 2006, constituindo-se uma nova unidade expositiva com diversos painéis, retratando aspectos essenciais da luta armada contra a ocupação das forças militares indonésias. “Exposição Comissão de Consolidação de Dados (CCD)”, inaugurada em 19 de Maio de

2007, no âmbito das cerimônias de homenagem póstuma aos mártires da libertação nacional, apresentou cinco novos painéis, resultantes do trabalho desenvolvido pela Comissão de Verificação de Dados e Comissão de Consolidação de Dados da Resistência Timorense e dos Combatentes da Libertação Nacional, e designadamente, mapas e informações referentes aos primeiros anos de Resistência do Povo de Timor-Leste.



Figura 3. Vistas parciais da exposição de longa duração preparada em 2005 no Arquivo & Museu da Resistência Timorense. Fonte: AMRT (2013).

A criação e desenvolvimento do Arquivo documental do AMRT, com o recolhimento e salvaguarda dos documentos da Resistência, é um elemento central para o projeto desta instituição. Entre 2002 e 2011, foram recolhidos cerca de 50.000 documentos, entre correspondência, peças de imprensa, fotografia e documentos das várias frentes da Resistência (Frente Armada, Clandestina, Frente Externa, Juventude, Solidariedade e também a Igreja), grande parte já disponível on-line no site do AMRT. Além destes, foram obtidos muitos objetos relacionados à resistência, como armas, fardas e equipamentos de comunicações (ALVES, 2011).

Para o arquivamento dos documentos acima citados, houve uma trabalhosa pesquisa. Segundo o depoimento de Alfredo Caldeira, da Fundação Mario Soares, em 2006, a maioria do material estava guardado em residências, escondido ou enterrado: “os papéis de Nino Konis Santana (1955-1998, comandante das Forças Armadas de Libertação e Independência de Timor-Leste - FALINTIL), por exemplo, estavam debaixo de um oratório”, afirmou, na ocasião, Caldeira (OPLOP, 2011).

Em 7 de dezembro de 2007, durante as comemorações do 2º. Aniversário do AMRT, foram apresentados os planos de ampliação do Museu e a proposta de utilizar toda a área do prédio do antigo fórum português. Até então, apenas uma parte (entre 1/3 e metade do prédio estava em uso). O projeto foi devidamente apresentado ao público em 30 de agosto de 2011, nas comemorações de 11 anos do referendo organizado pela ONU, com previsão de reabertura do AMRT em 17 de maio de 2012, como parte das comemorações dos 10 anos da independência. Em 2012, após a reinauguração, foi montada uma exposição temporária em memória ao Massacre de Santa Cruz, inaugurada em 12 de novembro.

No início de 2012, quando fomos trabalhar na Universidade Nacional de Timor-Leste, vizinha do AMRT, deparamo-nos com um canteiro de obras que desacreditava a conclusão da obra até a data prevista. No entanto, com um trabalho intensivo³, a inauguração ocorreu no dia 20 de Maio de 2012, com as presenças do Presidente recém-empossado, Tuar Matan Ruak (Figura 4), do Presidente português, Cavaco Silva, do ex-presidente da República timorense, José Ramos-Horta, do primeiro-ministro timorense, Kay Rala Xanana Gusmão⁴, e dos Governadores Gerais de Austrália, Nova Zelândia e Tuvalu, bem como outros altos representantes dos estados convidados a participarem nas cerimônias comemorativas do 10º aniversário da independência timorense.



Figura 4. Presidente timorense, Tuar Matan Ruak, discursando na inauguração da ampliação do Arquivo e Museu da Resistência Timorense. Fonte: site da Presidência da República Portuguesa (2012).

Em seu discurso, o presidente Tuar Matan Ruak destacou a importância do novo AMRT na preservação da memória do legado do país, sobretudo para as gerações mais jovens:

As crianças e os jovens que já nasceram num Timor-Leste livre e soberano têm a partir de hoje um local onde podem aprender a história recente do nosso país (...) são muito mais do que um depósito seguro de um espólio a preservar, permitirão algo que considero essencial: preservar a memória e os valores de um período estruturante do nosso país (EXPRESSO, 2012).

6. A língua portuguesa e o Arquivo e Museu da Resistência Timorense: usos pedagógicos

O AMRT reflete diversos aspectos relacionados à lusofonia e ao ensino de língua portuguesa:

- A cooperação com Portugal para criação e implementação do AMRT;
- O destaque dado ao português na nova exposição de longa duração;

³ Veja o vídeo *AMRT (in construction)* disponível em <https://vimeo.com/35618638#>

⁴ Líder da resistência timorense desde 1978, ficou preso em Jacarta de 1992 até a independência de Timor-Leste, em 1999. Foi eleito o primeiro Presidente timorense em 2002, com mandato até 2007, passando depois a ser Primeiro-Ministro até fevereiro de 2015, quando renunciou ao mandato.

- O uso desta exposição em ações educativas em língua portuguesa.
A presença lusófona em Timor-Leste deve-se originalmente à colonização portuguesa. Porém, fatos dos últimos 25 anos reforçaram a sua importância política (cf. Cunha, 2001 e outros):
- O uso da língua portuguesa pela Resistência, por ser desconhecida pelos militares indonésios;
- A reaproximação entre Portugal e Timor-Leste, iniciada pelo presidente Mario Soares no fim da década de 1980, em prol da independência timorense frente à Indonésia;
- Diferenciação cultural em relação à Indonésia;
- A criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 1996, que fez coro pela independência timorense e passou a apoiar o país depois do referendo de 1999 (especialmente, Portugal e Brasil).

Estes fatos têm reforçado a opção da reintrodução do português no Timor-Leste. No caso do AMRT, a nova exposição de longa duração tem destaque para o texto em português em boa parte dos painéis, com tradução para tétum e inglês, abaixo e em fonte menor (Ver Figura 5 a seguir).

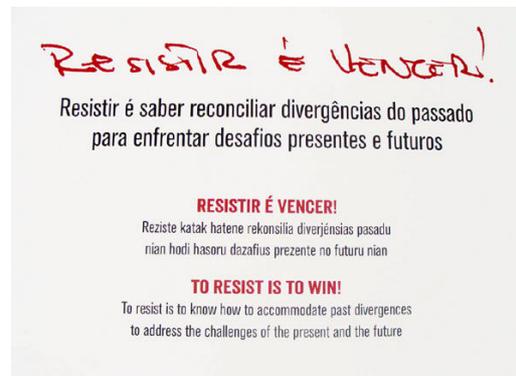


Figura 5. Foto de um dos painéis da exposição de longa duração com destaque para o texto em português, abaixo deste, o texto traduzido para o Tetúm e para o inglês. Fonte: AMRT (2013).

O uso desta nova exposição em ações educativas, com destaque para a língua portuguesa, será constante devido às visitas ao ARMT de estudantes de diversas idades, como retratado na Figura 6, assim como o público não-escolar:



Figura 6. Quarta-Feira, 13 de Março de 2013, o Arquivo & Museu da Resistência Timorense teve visita da Escola Portuguesa Rui Cinatty, de Díli. Os alunos foram divididos em dois grupos e acompanhados pelos professores. Foto AMRT/Bernardino Soares.

É importante ressaltar que a situação sociopolítica em Timor-Leste é complexa. Como colocado por Seixas (2007), existem várias divisões conflitantes na sociedade timorense, como entre quem é oriundo das montanhas ou do litoral.

A definição das línguas oficiais foi uma demonstração do conflito entre defensores de diferentes pontos de vista: das línguas nativas, do português, inglês ou indonésio. Neste sentido, o discurso do professor australiano Geoffrey, durante o Congresso Nacional do Conselho Nacional da Resistência Timorense, realizado em 2000, defendendo o português como língua oficial, ao lado do tétum (HULL, 2001).

Enquanto professores da Faculdade de Educação Artes e Humanidades da Universidade Nacional de Timor-Leste (FEAH-UNTL), organizamos atividades de extensão para o ensino da língua portuguesa. Convidados pela Associação de Alunos do curso de Química, ministramos oficinas para ensino da língua portuguesa, nomeadas Encontros de Intercâmbio Cultural em Língua Portuguesa (cf. LAMIM-GUEDES; GONTIJO-ROSA, 2012b). Nos referidos encontros, mais informais que as aulas curriculares, falamos acerca de nossas culturas, brasileira e timorense, e assuntos mais gerais, tendo o uso da língua portuguesa como foco.

Na semana posterior à reinauguração do AMRT - que fica ao lado da FEAH-UNTL -, realizamos uma visita. O nosso objetivo era fazer a visita conversando em português, o que seria interessante, pois os alunos falariam em português fora da Universidade, em uma situação mais cotidiana.

No museu, os alunos nos deram uma aula, levando-nos pela exposição permanente, indicando quem eram as pessoas que apareciam nas fotos ou vídeos. Ficou claro o carinho e respeito que os alunos demonstraram pela história e pelos personagens da resistência. Com isto, ficou claro que o AMRT tem papel relevante na preservação da memória coletiva, bem como na construção da identidade nacional do povo timorense.

A seguir apresentamos alguns trechos de relatos produzidos pelos alunos que participaram da visita ao AMRT. A escrita dos alunos foi respeitada. Neste sentido, é importante destacar que o português não é sua língua materna e, na maioria dos casos, os alunos têm conhecimento de outras três ou quatro línguas:

“esse figura escrever tres linguas para pessoa estrangeiras e Timor Leste sabem Historia que ficam na timor”.

“Eu vi muitos filmagens sobre a situação actual de Timor Leste e vi também as filmagens que o povo Timor teve sofrimento durante as confusões todo mundo de Timor”.

“pode saber a historia do passado, dê colonialização do portugal até a independência”.

Também é importante ressaltar a boa impressão causada pelo atendimento no Museu:

“Durante eu visitei o museu, muito feliz porque as pessoas que trabalha no museu nos atenderam bem.”

“As pessoas que trabalham em lá, recebem-mí com de boas maneiras”.

“Eles atendem-nos com bem”.

“eu gosto as pessoas que trabalham na resistencia da muzeu eles contar Historia do Timor leste para nos compreender a historia nas pessoas Faz na luta do país do timor leste e vem independencia e eu gosto a pessoa que trabalha na muzeu porque atendem nos com bem”.

Alguns itens causaram grande impressão aos alunos: a exposição midiática, com reprodução das filmagens do jornalista inglês Max Stahl, que divulgaram a brutalidade indonésia em território timorense, na exposição temporária sobre o Massacre de Santa Cruz; e as filmagens de grupos da guerrilha armada tramando uma emboscada para um comboio indonésio.

7. Considerações finais

A função de preservar a memória coletiva e colaborar para a construção da identidade nacional do povo timorense será, futuramente, dividida com outras instituições museológicas. Existe o projeto de criar um Museu e Centro Cultural de Timor-Leste para reunir, abrigar e expor parte do patrimônio material timorense que foi muito perdido devido à presença portuguesa e indonésia. Por exemplo, a Coleção Nacional de Timor-Leste que está exposta em uma parte do AMRT deverá passar por um processo semelhante ao que levou o AMRT a chegar ao que é hoje.

Como apresentado neste texto, o AMRT presta um importante serviço ao reunir e proteger registros documentais, como fotos, filmagens e objetos pessoais sobre as pessoas envolvidas na resistência. Além disto, esta instituição tem um importante papel educativo, sendo utilizada por escolas e universidade para ações educativas. Por fim, o AMRT expõe importante material museal, sendo um espaço para a memória coletiva, processos educativos e construção de uma narrativa oficial da história da resistência timorense.

8. Referências

- ALVES, Antoninho Batista. O Arquivo & Museu da Resistência Timorense - A sua construção e importância na preservação e promoção da memória e identidade de um povo. In: VI ENCONTRO DE MUSEUS DE PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA, Lisboa, 2011. *Anais ...* Disponível em: <http://amrtimor.org/amrt/amrt_2011.php?page=2>. Acesso em: abr. 2013.
- AMRT (Arquivo & Museu da Resistência Timorense). *Carta de Princípios do Arquivo & Museu da Resistência Timorense*, 2011. Disponível em: <http://amrtimor.org/amrt/amrt_carta_principios.php>. Acesso em: abr. 2013.
- AMRT (Arquivo & Museu da Resistência Timorense). *Timor-Leste: memória*. Disponível em: <<http://amrtimor.org/amrt/index.php?lingua=pt>>. Acesso em: abr. 2013.
- ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflection on the origin and spread of nationalism*. London: Verso. 1983.
- BONVICINO, Régis. A autodeterminação de Timor-Leste. *Juízes para a democracia*, v. 4, n. 12, p. 8, 1998.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CAVR (Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor-Leste). *Chega: Relatório da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor-Leste: resumo executivo*. Díli: CAVR, 2005. p. 239.
- CUNHA, João Solano Carneiro da. *A questão de Timor-Leste: origens e evolução*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2001.

- EXPRESSO. "É preciso preservar a memória do legado de Timor", diz Matan Ruak, 20 de maio de 2012. Disponível em: <<http://expresso.sapo.pt/e-preciso-preservar-a-memoria-do-legado-de-timor-diz-matan-ruak=f727309>>. Acesso em: abr. 2013.
- FORGANES, Rosely. Queimado queimado, mas agora nosso! Timor: das cinzas à liberdade. São Paulo. Labortexto editorial, 2002. 570 p.
- HULL, Geoffrey, *Timór-Lorosa'e: identidade, Lian no Política Edukasionál* / Timor-Leste: identidade, língua e política educacional. Díli: Instituto Camões, 2001.53 p.
- ICOM (Conselho Internacional de Museus). Declaração de Caracas. 1992. Disponível em <http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/decl_caracas.asp>. acesso em janeiro de 2015.
- INSTITUTO CAMÕES. *Resistência Timorense: Arquivo & Museu*. Díli: Instituto camões (centro Cultural Português em Díli), 2002. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/search.html?ordering=newest&searchphrase=all&searchword=Resist%C3%Aancia+Timorense>>. Acesso em: jul. 2014.
- JARDINE, Matthew. Timor Leste - genocídio no paraíso. In: SANT'ANNA, Sílvio L. *Timor Leste: este país quer ser livre*. São Paulo: Martin Claret, 1997. p. 17-82.
- LAMIM-GUEDES, Valdir. 13 anos do referendo em Timor-Leste. *Ecodebate: cidadania & meio ambiente*, 03 set. 2012. Disponível em <<http://www.ecodebate.com.br/2012/09/03/13-anos-do-referendo-em-timor-leste-artigo-de-valdir-lamim-guedes/>>. Acesso em: abr. 2013.
- LAMIM-GUEDES, Valdir; GONTIJO-ROSA, Carlos Junior. Dez anos da restauração da independência de Timor-Leste. *Jornal da Ciência*, 22 maio 2012a. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=82514>>. Acesso em: abr. 2013.
- LAMIM-GUEDES, Valdir; GONTIJO-ROSA, Carlos Junior. A Cooperação Internacional na Universidade Nacional de Timor-Leste: contribuições para a melhoria da educação e desenvolvimento timorense. *Global Education Magazine*, v. 1, p. 73-78, 2012b. Disponível em: <<http://www.globaleducationmagazine.com/a-cooperacao-internacional-na-universidade-nacional-de-timor-leste-contribuicoes-para-a-melhoria-da-educacao-e-desenvolvimento-timorense/>>. Acesso em: abr. 2013.
- LUSA. *Arquivo e Museu da Resistência são espaço sacralizado*, 2005. Disponível em: <<http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=12558&catogory=Timor%20Lorosae>>. Acesso em: abr. 2013.
- NOBEL PRIZE. (1996). *The Nobel Peace Prize*, 1996. Disponível em: <http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1996/>. Acesso em: abr. 2013.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. O Museu Paulista da USP e a memória da Independência. *Cadernos CEDES*, v. 22, n. 58, p. 65-80, 2002.
- OPLOP (Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa). Resistência e memória em Timor Leste: instituto digitaliza 30 mil documentos do período da ocupação da Indonésia, 3 de out. de 2011. Disponível em: <<http://www.oplop.uff.br/boletim/691/resistencia-memoria-em-timor-leste-instituto-digitaliza-30-mil-documentos-do-periodo-da-ocupacao-da-indonesia>>. Acesso em: abr. 2013.
- PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO). *Relatório do Desenvolvimento. Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos*. Nova York, EUA: PNUD, 2011.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PORTUGUESA. Presidente Cavaco Silva presente na inauguração do Arquivo e Museu da Resistência Timorense, 2012. Disponível em: <<http://www.presidencia.pt/?idc=10&idi=65014>>. Acesso em: abr. 2013.
- RIZZI, Kamila R. A construção do Estado no Timor-Leste: colonização, ocupação e independência. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, 48, 2010, p. 51-75.
- SAKAMOTO, Leonardo. Timor-Leste. *Carta Maior*, 01 jun. 2006. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunalmprimir.cfm?coluna_id=3213>. Acesso em: abr. 2013.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Os museus Brasileiros e a constituição do imaginário nacional. *Sociedade e Estado*. vol.15 no.2, p. 271-302, 2000.

SEIXAS, Paulo Castro. Dualismo, violência mimética e cultura da tradução: a crise em Timor-Leste. In: SILVA, Kelly Cristiane; SIMIÃO, Daniel Schroeter. *Timor-Leste por detrás do palco: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 63-94.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Kelly Cristiane. O governo da e pela kultura. Complexos locais de governança na formação do estado em Timor-Leste. *Revista Científica de Ciências Sociais*, v. 104, p.123-150, 2014

SOUZA, Lúcio Manuel Gomes de. As Casas e o mundo: identidade local e Nação no património material/imaterial de Timor-Leste. In. CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE ETNOGRAFIA, 3, 2007, Cabeceiras de Basto - Portugal. Actas... Póvoa de Varzim: AGIR, 2008. p. 196-227.

XIMENES, Fernanda de Fátima Sarmento. O Tais: Desde os Primórdios à Contemporaneidade. In: Conferência Timor-Leste: Memórias e História da Antropologia, Díli, Timor-Leste, Agosto de 2012. Disponível em <<http://www.historyanthropologytimor.org/wp-content/uploads/2013/01/Ximenes-TAIS.pdf>>. Acesso em janeiro de 2015.

Data de recebimento: 19/07/2014

Data de aceite: 16/12/2014